

**ANEXO 1 –  
CONTRATO DE POUSO  
ALEGRE**



Pouso Alegre

## TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 286/2017, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 428/2017, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE E PONTES MATOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

Termo de contrato que entre si fazem o Município de Pouso Alegre/MG e a empresa Pontes Matos Sociedade de Advogados para prestação dos serviços de advocacia.

O MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE, ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Caripás, nº 45, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 18-6759 830/001-21, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Rafael Tadeu Mendes, portador do CPF nº 497.542.766-72, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa PONTES MATOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.082.393/0001-62, com sede a Avenida Prudente de Moraes, 22, Sala 901, Bairro Cidade Jardim, CEP 30.180-002, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por sua sócia, Francine Nunes Arantes, inscrita na OAB/MG 139.527, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam, entre si, o presente contrato vinculado a inexigibilidade de licitação nº 06/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O Contrato tem como objeto a prestação dos serviços jurídicos especializados de consultoria e assessoria jurídico-administrativa referentes à responsabilização administrativa, civil e penal dos gestores da



Pouso Alegre

Administração pública, artísticos, bem como assessoria integral nos procedimentos  
administrativos e extrajudiciais do Município de Pouso Alegre, seus órgãos da Administração  
Direção Indireta com Bônus Honorário - MG.

**CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA** O prazo contratual será no período de 12 (doze)  
meses, tendo início na data de assinatura do contrato, podendo este prazo ser  
prorrogado dentro do que permite a legislação vigente, mediante termo aditivo  
firmado em duas partes.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO** O contrato não poderá ser objeto  
de alteração, modificação ou pela CONTRATADA, sem autorização por escrito da  
CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

**CLAUSULA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES** A CONTRATADA se obriga a  
atender aos pedidos de alteração contratual, de acréscimos ou supressões que se  
aduzirem nos termos da contratação do presente contrato em até 25% (vinte e cinco  
por cento).

#### **CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 1.1 - Fornecer as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela  
CONTRATADA, nos prazos e condições de contratação;
- 1.2 - Pagar a importância correspondente à prestação dos serviços no prazo previsto  
no contrato;
- 1.3 - Exercer o controle perante a CONTRATADA, mediante documento hábil, servidores  
autorizados a solicitar documentos e informações.

**CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** Além das obrigações  
resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da Contratada:

Pouso Alegre, MG, 12 de 12

12



Pouso Alegre



6.1 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no inciso XIII do artigo 53 da Lei nº 8.666/93.

6.2 - Possuir, durante toda a vigência do contrato, um sistema de atendimento em regime de plantão, através de telefonia fixa ou móvel, para atendimento da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, em caso de urgência, quando necessário, exceto em finais de semana e feriados.

6.3 - Cumprir os prazos legais e judiciais, sempre que não houver atentado a dignidade da justiça nos autos processuais.

6.4 - Responsabilizar-se pelos prazos decorrentes das publicações ocorridas até o último dia da vigência do contrato, mesmo que o cumprimento desses prazos ultrapasse esta data, limitado a 30 (trinta) dias a contar do encerramento do respectivo termo.

6.5 - Apresentar relatório geral de processos com identificação das partes e juízo, assim como reunir todos os documentos cujo ato processual deva ser praticado após o limite fixado no item anterior, em 05 (cinco) dias, após o encerramento da vigência do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.** As despesas decorrentes desta contratação correrão pela conta da dotação 020104121001720023903900 - linha 100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO:** O preço anual a ser cobrado pela CONTRATADA será de R\$216.000,00 (Duzentos e dezesseis mil reais) a serem pagos mensalmente em parcelas de R\$18.000,00 (Dezoito mil e reais).

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS.** São pactuados também, neste ato, o seguinte:

Pouso Alegre, 07 de Junho de 2017.



9.2 - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade, em benefício próprio, acerca dos serviços a que se refere este Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

9.3 - É vedada a subcontratação de outra empresa para execução dos serviços objeto deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DESPESAS

11.1 - Todas as despesas judiciais e extrajudiciais que se fizerem necessárias para a execução do presente contrato, serão reembolsadas pelo Município, à vista dos comprovantes devidamente anexados.

11.2 - Quando o advogado da CONTRATADA tiver de se deslocar, em cumprimento das obrigações para a execução do contrato, para fora de Belo Horizonte/MG, a CONTRATANTE promoverá o meio de locomoção adequado.

11.3 - Em caso de deslocamento da CONTRATADA se dar em veículo próprio, será cobrado o valor de 1,34 (Um real e trinta e quatro centavos) por km rodado.

11.4 - Despesas com alimentação e hospedagem, quando a CONTRATADA estiver em deslocamento para fins de execução do contrato, correrão por conta da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES PARA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO.

10.1 - O contrato poderá ser repactado, observada o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, ou da última repactuação, visando a adequação aos novos preços de mercado, desde que seja apresentada demonstração analítica da situação dos componentes de custos, devidamente justificada e em conformidade com os dispositivos legais, a critério da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG.

10.2 - A repactuação deve ser entendida como ajuste entre as partes, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13



Pouso Alegre



10.3 - A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com os preços apresentados pela CONTRATADA e em conformidade com a legislação vigente à época.

10.4 - As alterações dos valores contratuais, em função da repactuação, serão realizadas através do Termo Aditivo, vedando-se, terminantemente, visto financeiro relativo à assinatura do instrumento.

10.5 - A repactuação, compreendendo todas as suas fases, será registrada no processo de contratação.

10.6 - No primeiro ano o preço será reajustável. Posteriormente, o preço poderá ser reajustado, observando-se as orientações governamentais, por índice de preço  $\pi$  definido pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, e será válido pelo período de 12 (doze) meses. Os reajustes subsequentes ocorrerão sempre a cada 12 (doze) meses.

10.7 - O valor contratado se refere à atuação contenciosa em processos judiciais e/ou administrativos, participação em reunião plenária ordinária e extraordinária, elaboração de palestras jurídicas, ministrar palestras aos servidores da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG. Havendo majoração ou supressão dessa quantidade, o executor contratual observará os termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante provocação da parte interessada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será feito, mensalmente, até o quinto dia útil após a apresentação da Nota Fiscal.

11.2 - Na oportunidade do pagamento da fatura, a CONTRATANTE efetuará a retenção de tributos e contribuições incidente previstas na Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa nº 549, de 25 de abril de 2005.

11.3 - Caso o faturamento apresente alguma inconsistência, os documentos de cobrança serão devolvidos à CONTRATADA para regularização e pagos em até 72 (setenta e

Assinatura e rubrica do representante legal da CONTRATADA

12





quais foram a fonte de sua nova aceitação, valendo a data acima como o do novo adimplemento, não sendo devida, em nenhuma hipótese, atualização financeira.

11.4 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar-se a efetuar o pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, os serviços não estiverem, comprovadamente, sendo prestados e/ou não estiverem de acordo com proposto, aceito e contratado.

11.5 - Se por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

**CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL** - Aplica-se a execução deste contrato o disposto nas normas legais, e disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

#### **CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13.1 - Além das penalidades previstas no artigo deste Contrato, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.1.1 - Advertência;

13.1.2 - Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, uma vez comunicada oficialmente;

13.1.3 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG;

13.2 - Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

13.3 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

Pouso Alegre, 22 de maio de 2024.  
Município de Pouso Alegre

P



#### CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.660/93.

14.1.1 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.2 - A rescisão do Contrato poderá ser:

14.2.1 - Determinada por ato unilateral e escrita da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

14.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste processo licitatório, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE.

14.2.3 - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

14.3 - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO** Fica eleito o foro da Comarca de Pouso Alegre/MG, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato.

E, para firma e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Pouso Alegre/MG, 10 de Novembro de 2017.





Município de Pouso Alegre

Gabinete do  
Prefeito

Município de Pouso Alegre/MG

Rafael Tadeu Simões

Prefeito Municipal

Gab. - Av. Pádua Ribeiro  
Pontes Matos - Sociedade de Advogados  
CNPJ 22.062.393/0001-62

#### TESTEMUNHAS

Assinatura

Nome

CPF

Assinatura

Nome

CPF